

São Paulo deve 3 trilhões de cruzeiros

SILVIO DONIZETTI

Correspondente

São Paulo — A negociação total da dívida de São Paulo, estimada em três trilhões de cruzeiros (levando-se em conta os débitos vencidos em 83 e a vencer este ano) é a única forma de resolver o endividamento estadual, segundo afirma o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, João Sayad. “Caso contrário — explica Sayad — vamos continuar acumulando atrasados, que é uma situação insustentável para o Estado”.

João Sayad esteve esta semana com o diretor da Área Bancária do Banco Central, José Luís Silveira Miranda, e com o ministro Delfim Netto, do Planejamento, com o objetivo de negociar um teto adicional de endividamento de um trilhão de cruzeiros com o Governo Federal para poder honrar os seus compromissos financeiros deste ano. Apesar de não ter saído

otimista destas reuniões, Sayad adiantou que, pelo menos agora, o Governo Federal sabe que a situação de São Paulo é “insustentável”. Na próxima semana, o secretário manterá novos encontros com o diretor e o ministro, quando serão tratados mais uma vez os problemas do endividamento de São Paulo.

831

Sobre a Resolução 831 do Banco Central, que fixa tetos mensais para a tomada de empréstimos pelo setor público, João Sayad lembrou que esta determinação vai completar quase um ano e o Governo Federal está pensando em alterá-la, ou sejam permitir que os Estados negociem 90 por cento da sua dívida e paguem 10 por cento do principal e dos juros. Segundo o secretário, isto não resolverá, porque o pagamento desta porcentagem significa, para os cofres de São Paulo, um trilhão de cruzeiros.

“A única solução será a reno-

vação de todos os débitos vencidos em 83 e a vencer este ano”, insiste Sayad. Para o secretário, o Estado não reivindica recursos líquidos para novos investimentos. Apenas quer manter a pontualidade mínima e São Paulo não tem sequer condições de cumprir esse objetivo modesto.

Ainda de acordo com Sayad, o “programa de ajustamento” do Governo Federal com o FMI está tentando controlar o déficit público e se confundiu com os empréstimos para o setor público, que está dificultando o esforço de captação de recursos pelos Estados. “A rolagem da dívida não gera recursos, mas não pode consumir a receita tributária do Estado”, explicou.

Teoricamente, a receita estadual vem caindo, enquanto as despesas aumentam. O próprio secretário denunciou que os Estados perderam receita anual de mais de dois trilhões de cruzeiros com a isenção do ICM nas exportações de manufaturados.